



ORDEM DOS
ENGENHEIROS
TÉCNICOS



CONSELHO DIRETIVO NACIONAL

2023-03-11

COMUNICADO

No dia 11 de março, o Conselho Diretivo Nacional reuniu-se na Sede Nacional em Lisboa, em formato misto (presencial e por videoconferência), para discutir diversos assuntos de interesse, dos quais se destacam:

1. O Conselho Diretivo Nacional aprovou a atribuição de um prémio para o melhor aluno diplomado em curso de 1º ciclo do ensino superior em Engenharia de cada escola (pública ou privada), no valor de 1.000 € (mil euros). Este prémio é entregue ao aluno seriado por cada Escola, e o aluno terá igualmente direito à inscrição gratuita na OET e à isenção do pagamento da quotização por um ano.
2. O Conselho Diretivo Nacional aprovou a participação e apoio da OET para 2023 em diversos encontros, dos quais se destacam, as Jornadas Insulares de Engenharia, a Assembleia Geral da WFEO/FMOI, a celebração do Dia Mundial da Engenharia (UNESCO), a Assembleia Geral da FEANI, a Assembleia Geral do ISHCCO, o Congresso Nacional Prevenção Segurança Trabalho (ISSO), a Conferência Internacional Dia Mundial da SST (OETCV), o IV ENEST (Brasil), o Congresso Nacional Promoção Trabalho Digno (ISSO), o SSOA2023, o V Congresso da OE Angola, entre outros.
3. Foram dadas informações acerca da participação da OET no Conselho Nacional da Habitação no passado dia 3 de março, na Comissão Técnica para a Simplificação de processos urbanísticos, no SICC – Sistema de Informação de Custos de Construção, e no [SILUC \(Sistema de Informação sobre os diplomas legais e regulamentares aplicáveis ao projeto e à execução das obras\)](#).

4. O Conselho Diretivo Nacional aprovou a criação da Bolsa de Peritos da OET em Comportamento Sísmico da Construção, em moldes a definir, seguindo os critérios do programa ReSist da Câmara Municipal de Lisboa.

Foi deliberado criar um grupo de trabalho da OET para a criação do referencial de formação para o acesso a esta bolsa, constituído pelos Engenheiros Técnicos José Manuel Sousa (docente do ISEP), José Delgado (docente do ISEC Lisboa), Carlos Rente e Luís Filipe Almeida (docentes do Instituto Politécnico de Tomar). Uma vez concluído esse referencial, a OET vai convidar todas as Escolas de Engenharia a participar na implementação destas ações de formação.

5. Tendo em conta a aprovação na Assembleia da República da alteração à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e à Lei n.º 53/2015, de 11 de junho, que estabelece o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais, o Conselho Diretivo Nacional aprovou uma proposta de alteração dos Estatutos da OET, conformando-os com essa nova lei (que será brevemente publicada). Esta proposta será agora colocada em consulta pública (durante 30 dias) para recolha de contributos, e servirá de base para as discussões com o governo/parlamento que conduzirão à publicação do novo estatuto da OET.
6. A OET apela à participação nas Jornadas Insulares de Engenharia, com o tema “Transportes e Acessibilidades”, a realizar na Ilha Graciosa no dia 23 de abril, e no Porto Santo no dia 27 de maio. No caso dos Açores, já está assegurado que estas jornadas poderão ser acompanhadas via *streaming*.
7. O Conselho Diretivo Nacional aprovou um apoio financeiro para as Secções Regionais promoverem e divulgarem a imagem da OET junto das escolas, em eventos relacionados com a engenharia, no valor total de 100.000,00€ (cem mil euros).
8. A Ordem dos Engenheiros Técnicos congratula-se com a proposta aprovada na Assembleia da República que permite às Instituições de Ensino Superior Politécnico conceder o grau de Doutor e utilizar a designação de “Polytechnic University” (Universidades Politécnicas), já a partir do próximo ano académico. Na proposta aprovada, só poderão conferir o grau de doutor “os estabelecimentos de ensino superior com recursos humanos e organizativos necessários à realização de investigação”, com “experiência acumulada, sujeita a avaliação e concretizada numa produção científica e académica relevantes”. Os Politécnicos, que têm demonstrado ao longo de quase 5 décadas a sua capacidade pedagógica, de inovação e de produção de conhecimento científico através da investigação aplicada, vêm reconhecida a sua capacidade e autonomia e deixam de depender das Universidades para concederem o grau de Doutor aos seus alunos, podendo passar a fazê-lo autonomamente e sem subterfúgios. Este é um passo decisivo para a afirmação de um sistema binário completo e não cerceado por imposições administrativas

artificiais, as quais não encontram justificação plausível na terceira década do século XXI. A Ordem dos Engenheiros Técnicos, que sempre defendeu que a competência deve estar acima dos privilégios, acredita que esta é uma medida que pode contribuir para o ansiado epílogo do estigma associado ao Ensino Superior Politécnico e, por acréscimo, da condição de Engenheiro Técnico.

9. A Ordem dos Engenheiros Técnicos congratula-se com o facto de finalmente o Governo dar início à reforma estrutural da habitação, independentemente do facto de a Ordem dos Engenheiros Técnicos poder concordar ou discordar com algumas das propostas. A OET irá enviar para a senhora Ministra da Habitação uma proposta de melhoria da legislação do setor.
10. A OET manifesta-se favorável à opção estratégica de construir um novo aeroporto para Lisboa. A localização Santarém afigura-se mais adequada, pelo que vai promover uma conferência com as Câmaras Municipais dessa região para discutir as implicações da construção dessa infraestrutura nesse local.
11. A OET regista as declarações do Doutor Ascenso Simões, que escreve num artigo de opinião publicado no Expresso (<https://expresso.pt/opiniaio/2023-03-02-Portugal-precisa-de-Ordens-52e0bebc>) na qual é referido:

A questão é mais difícil do que parece, porque o nosso país continua a ser profundamente corporativo e implicado pela capacidade que as Ordens Profissionais têm na determinação das políticas públicas.

*Vivi essa influência cerceadora quando exerci as funções de Secretário de Estado da Administração Interna. **Havendo necessidade de qualificar técnicos para o universo da segurança contra incêndios, a Ordem dos Engenheiros fez uma enorme barreira para que os engenheiros técnicos, também já licenciados, não fossem integrados nas categorias mais exigentes do sistema.***

Lisboa, 11 de março de 2023
O Conselho Diretivo Nacional